

Jorge Vilchez Guerrero

CONTROLE DEMOCRÁTICO SOBRE AS DECISÕES PÚBLICAS

EDITORA LUMEN JURIS

RIO DE JANEIRO

2026

Sumário

Introdução	1
1 Controle sobre a Discricionariedade Administrativa	7
1.1 Controle judicial.....	10
1.2 Controle social.....	33
1.3 Autocontenção e autotutela da Administração Pública	44
1.4 Atuação do Ministério Público na função de <i>ombudsman</i>	52
1.5 Controle pelos Tribunais de Contas.....	62
2 Sindicabilidade do Mérito Administrativo e o	
Direito Fundamental à Boa Administração	71
2.1 Conveniência e oportunidade sob a perspectiva do gestor público	81
2.2 Motivação do mérito administrativo e os reflexos da LINDB	86
2.3 Justificativas para insindicabilidade do mérito administrativo	92
2.4 Sindicabilidade do mérito com base nos princípios e valores constitucionais.....	96
2.5 Do direito fundamental à boa administração: conceito e abrangência	100
2.6 Direito fundamental à boa administração como referencial para o controle sobre as decisões públicas	107
2.7 Tensão entre a disfuncionalidade do controle e o abuso da discricionariedade administrativa.....	111
2.8 Conformidade e integridade para preservação do direito fundamental à boa administração	116

3 Diálogo Prévio e Consensualidade no	
Controle sobre as Decisões Públicas.....	121
3.1 Atuação dos órgãos de controle de forma consensual	129
3.2 Diferenças entre o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)	
e o Termo de Ajustamento de Gestão (TAG)	139
3.3 Proposta de desjudicialização e o questionamento	
em torno da indisponibilidade do interesse público.....	143
3.4 Conciliação entre consensualidade e	
direito fundamental à boa administração	152
Considerações Finais.....	163
Referências.....	167
Lista de Abreviaturas e Siglas	185